
Trabalho: Novas interrogações e novos desafios¹

Carlos Manuel Gonçalves²

Neste texto pretende-se, num primeiro momento, dar conta da discussão sobre os significados e os valores investidos no trabalho nas sociedades contemporâneas marcadas pela globalização, para posteriormente abordarmos alguns desafios que se colocam ao mundo laboral. Iremos fazê-lo, de modo sintético e em forma de notas pessoais sujeitas necessariamente a um aprofundamento e a uma reflexão mais densas noutro momento.

Na segunda metade dos anos noventa do século passado, ganhou importância, no âmbito das análises das ciências sociais, e especialmente da sociologia, o questionamento sobre as configurações futuras sobre o trabalho - quer em termos dos significados e dos valores investidos no trabalho, quer das possíveis evoluções quantitativas do emprego - no seio das sociedades capitalistas globalizadas. Emergiram novas interrogações (algumas delas não mais que o prolongamento de questionamentos que têm atravessado as discussões sociológicas sobre o mundo de trabalho desde há longa data).

A.Uma primeira questão – no quadro da actual globalização, o trabalho (no sentido do emprego assalariado) irá sofrer um processo de rareficação ao nível dos países economicamente mais desenvolvidos?

Subsiste uma corrente, que poderemos designar comodamente por pessimista, que coloca a tónica no chamado desemprego tecnológico. Grosso modo, o “fim do trabalho” anuncia-se pela inexistência em quantidade de empregos para todos, bem como se caracteriza pela precariedade contratual que acabará por reduzir o papel de integração social promovido pela vida laboral (Rifkin, 1995). Nos termos em que se configura actualmente, de modo ainda maioritário, o trabalho irá desaparecer a curto prazo a nível mundial, na sequência da nossa entrada num nova era civilizacional – denominada por alguns já como pós-laboral (Tezanos, 2001) - onde a automatização generalizada dos processos produtivos, combinada com as novas formas capitalistas de gestão das organizações, vai conduzir à eliminação de volume substancial de postos de trabalho. A par disto, não emergirá, tal como aconteceu no passado, um novo sector de actividade que possa absorver os desempregados excluídos das actividades em extinção.

Não é propriamente uma questão historicamente nova. Tem sido renovadamente colocada ao longo da história da industrialização (Sauvy, 1980). A obra de Rifkin (1995) afigura-se, na actualidade, como um marco importante na discussão e como um acerrário defensor desta via. O “fim do trabalho” tornar-se-á, assim, um elemento caracterizador das futuras sociedades desenvolvidas, mas igualmente das respeitantes aos países mais pobres. Sociedades que passarão, portanto, a ser marcadas pelo desemprego massivo, pela pobreza e pela fragmentação das relações sociais. Redução do tempo de trabalho e criação de empregos em actividades não sujeitas à concorrência capitalista, são possíveis vias, defendidas pelo autor, para que não exista uma quebra substancial dos empregos, induzida pela inovação tecnológica.

Este ponto polémico da argumentação de Rifkin tem sido alvo de forte contestação teórica e de confronto entre dados empíricos. Como se vem demonstrando (IRES, 2000;

¹ O texto retoma os traços mais importantes, da comunicação apresentada no Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, encontrando-se marcado pelos traços da oralidade específicos à sua apresentação pública.

² Sociólogo. Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Professor do Departamento de Sociologia da mesma instituição. cmgves@letras.up.pt

Kovacs, 2002; Castells, 2001, entre outros), não estaremos perante um declínio mundial do trabalho. É de salientar que continuamente, nos últimos anos, fruto do acréscimo da concorrência inter-empresarial, da inovação tecnológica, do incremento dos investimentos em I&D, surgem novos produtos e novos serviços no quadro do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. As dinâmicas sociais que marcam, nas suas plurais dimensões, as sociedades globalizadas actuais não permitem a elaboração de raciocínios que estabeleçam, de modo inequívoco, o progresso técnico como única variável explicativa do desemprego. Assumir isso seria não heurísticamente válido, como também seria o retomar de leituras baseadas no determinismo tecnológico que marcaram, em determinados momentos e de modo decisivo, a sociologia do trabalho (Coster e Pichault (éds), 1998).

B. Uma segunda questão - a globalização causa o desemprego nos países do centro e economicamente mais desenvolvidos?

A actual fase da globalização, caracterizada pela complexidade e pluridimensionalidade, segundo alguns autores (Cardebat, 2002 e Andreff, 2003), tem conduzido à quebra do volume de empregos nos países capitalistas. Quebra que traduz o fenómeno da deslocalização produtiva, para os países industriais emergentes, que oferecem melhores condições económicas, sociais e políticas para a remuneração dos capitais investidos. Tal tem sido patente nos sectores de actividades baseados em produtos sem forte incorporação tecnológica, com baixos salários e uma mão-de-obra apresentando qualificações académicas e profissionais reduzidas. São mais atingidos os países, como acontece com Portugal, cujo perfil de especialização produtiva assentava, e assenta ainda, naquelas características. No presente, um segmento relevante da produção industrial dos países do centro encontra-se sediado em sectores mobilizadores de assalariados com elevadas qualificações, pautados pela inovação tecnológica e organizacional e por uma forte política conducente a um crescimento sustentado da produtividade e da capacidade de concorrência, não sendo, por isso, alvos privilegiados, de momento, de deslocalização produtiva.

Isto coloca no cerne do debate a questão dos trabalhadores pouco qualificados. Designadamente nos países do centro, uma consequência do apontado acima vem conduzindo a um decréscimo da procura do trabalho não qualificado, o que, por sua vez, não deixa de colocar novos problemas decorrentes das dificuldades sentidas por esta mão-de-obra na sua (re)inserção laboral. Poderemos estar perante uma inovação tecnológica polarizada, que desfavorece os trabalhadores pouco qualificados (precisamente ao contrário do que aconteceu na onda de industrialização anterior com os operários especializados).

C. Uma terceira questão – será que vivenciamos na actualidade uma perda da importância da sociedade assalariada (sociedade do trabalho)?

Questão polémica e que se arrasta, em debates intensos, no seio da sociologia e da filosofia, não facilmente passível de uma enunciação linear das linhas em controvérsia. Embora de uma forma esquemática, podemos dividir em dois grandes grupos, embora internamente heterogéneos, as análises feitas a propósito do “fim do trabalho” e da sua centralidade na vida social.

Num primeiro grupo, destacam-se, autores como Rifkin (1995), Méda (1999) e Gorz (1998, 1997 e 2003). Aponta-se, genericamente, para que, no presente, ocorra a emergência e consolidação de uma nova cultura laboral, que passa pelo fim do trabalho assalariado, enformado social e juridicamente desde o princípio do século XX, e pela perda da predominância do trabalho face a outros domínios da vida social, inaugurando-se, deste modo, uma denominada civilização pós-laboral. Para isso, contribui decisivamente, por exemplo, a crescente inovação tecnológica - fortemente economizadora de trabalho vivo - a mudança de valores sócio-culturais e a crescente individualização do trabalho. É igualmente neste sentido que vão os contributos de Aznar

(1999) e Masi (2003). Deste conjunto de autores, destacam-se as reflexões de Gorz, fundamentalmente pela sua análise quanto ao futuro do trabalho na sociedade capitalista. Análise crítica face ao capitalismo e à globalização. A evolução da “sociedade pós-fordista” conduzirá à extinção da condição de assalariado e à redução do volume do emprego. Por sua vez, a precariedade laboral e a insegurança passam a ser proeminentes. Daqui decorre para o autor que o trabalho deixará de conferir um sentido à vida dos sujeitos sociais. Assumindo que estamos perante um processo inexorável, a única solução que defende é romper definitivamente com a sociedade do trabalho, que se encontra em profunda crise. A proposta é clara: a construção de uma sociedade, em que entretanto o trabalho perdeu a sua centralidade, para uma outra em que as actividades de trabalho-emprego não serão predominantes. Uma sociedade pluriactiva, em que existe um corte entre o estatuto de trabalhador e os direitos sociais. Proposta polémica que não responde ao facto da multiactividade apontada e de um mais amplo tempo para o lazer poderem não (re)produzir as desigualdades sociais, na medida em que a natureza da sociedade capitalista permanece inalterável (Gollain, 2000).

As posições defendidas por aqueles autores, algumas delas recuperando em sua defesa as teses de Arendt (1983), foram fortemente contestadas, em especial por sociólogos e economistas ligados ao estudo do trabalho e do emprego. Apesar de reconhecerem as importantes transformações que marcam, no presente, o mundo laboral, sobretudo ao nível dos países capitalistas do centro, persistem em recusar um hipotético “fim do trabalho”, em termos quantitativos, e uma perda de centralidade do mesmo. Estão, neste caso, os textos de Lipietz (1998), de Schnapper (1997) e Castel (1998). Evocando recorrentemente que tudo não passa de um conjunto de erradas construções analíticas, passam ao ataque defendendo que o trabalho desenvolvido pelos sujeitos sociais é um elemento estruturante da contemporaneidade. Elemento estruturante no plano económico e integrador dos sujeitos na vida social. Deste modo, o debate deve, segundo estes autores, prolongar um dos temas caros da sociologia do trabalho - as múltiplas relações entre trabalho, integração social, identidades sociais e profissionais (Sainsaulieu, 1977 e 1987; Dubar, 1991 e 2000).

Não pretendemos traçar aqui qualquer bissectriz à controvérsia apontada. No seguimento do património adquirido pela análise sociológica (Erbés-Seguin, 1999; Freire, 2004; Dubar, 2000; Flacher, 2002; Ortega e Rosa, 2002; Pillon e Vatin (org), 2003), foise sedimentando, em determinadas propostas teóricas, que o trabalho não só tinha uma função produtiva, mas igualmente de distribuição dos rendimentos, de socialização e de construção identitária. Consideramos que existe uma tendência para a desvalorização parcial dessas funções. O incremento da segmentação e da flexibilidade do mercado de trabalho, a expansão da precariedade e da insegurança laboral, a individualização das relações de trabalho, a persistência de segmentos importantes da população activa no desemprego, a fractura entre trabalhadores incluídos e os excluídos do emprego (conducente a uma certa polarização das relações sociais), a assumpção, pelas organizações empregadoras, de uma visão individualista da empregabilidade, o aumento dos níveis e da diversificação das práticas de consumo são factores que provavelmente estão a induzir aquela tendência. Não podemos posicionar-nos de um modo generalizante face ao desenvolvimento da desvalorização - assume ritmos, configurações e características predominantes estruturados e estruturantes dos contextos económicos, sociais, políticos e culturais, datados historicamente, em que se insere - nem ter uma concepção simplista, alicerçada na tese de que o trabalho deixará de ser central na vida social e desaparecerá como um factor de integração social e construção das identidades. O trabalho inscrito nas organizações produtivas é um dos lugares de socialização e de aprendizagem de regras específicas dos meios sociais.

A controvérsia sobre o “fim do trabalho” e da sua centralidade irrompeu, de um modo mais expressivo, no plano das teorias sobre o social, no quadro das importantes mutações que vêm trespassando o capitalismo no passado histórico recente. Boltanski e Chiapello (1999) falam de um processo complexo, “a desconstrução do mundo do trabalho”, que se consubstancia na reorganização do trabalho e do tecido produtivo, na emergência de indústrias de alta tecnologia, na expansão dos serviços, em especial aqueles que se baseiam nas tecnologias de informação e de conhecimento, na precarização do emprego, na segmentação dos mercados de trabalho, na desregulação das relações colectivas do trabalho, na quebra da sindicalização, na perda de poder negocial por parte dos sindicatos, na redução da protecção social dos trabalhadores e dos princípios dos Estado de Bem-Estar, erigidos nos pós-segunda Guerra Mundial. Estamos em contexto de “crise da sociedade salarial” para Castel (1995) ou mesmo de “brasileirização” do ocidente, segundo Beck (2000 e 2002).

Face à importância que assumem as mutações indicadas, terá sentido a manutenção da discussão sobre o “fim do trabalho” e sua centralidade?

Em primeiro lugar, importa sublinhar que essa discussão se situa ao nível dos países do centro do sistema capitalista. Um parcela significativa dos trabalhadores de países de outros espaços geográficos vivenciam situações laborais, em termos de direitos e de condições, de tal modo precárias que fazem do debate sobre o declínio da sociedade do trabalho um tema abstruso. Em segundo, uma parte importante dos textos apontam prognósticos sobre o futuro do trabalho, tendo por base uma generalização abusiva de situações particulares do presente. Apresentam-se cenários que reflectem mais os desejos, permeados por concepções político-ideológicas sobre o devir histórico, dos autores face aos possíveis futuros das sociedades contemporâneas, do que propriamente análises científicas estruturadas e validadas. Por último, hipervalorizar a discussão sobre o fim do trabalho e sua centralidade é descentrar a reflexão sociológica do que deve ser equacionado prioritariamente – uma política sobre o trabalho para o bem-estar da maioria da população (Castillo, 1998).

Embora não enjitemos totalmente a pertinência da discussão sobre a evolução do trabalho, afigura-se-nos que existe, na actualidade, uma efectiva premência na análise das formas, conteúdos e condições globais do trabalho, aqui assumido como equivalente a emprego, ao nível das sociedades capitalistas contemporâneas.

D. Tendo em conta o que se acabou por explicitar, importa avançar um pouco mais, não abandonando a natureza sintética que enforma o presente texto. Quais os novos desafios que se colocam ao trabalho?

No presente, estamos perante uma crise de quantidade de trabalho. No passado recente, manteve-se uma evolução do desemprego que não registou melhorias significativas (Quadro 1). A taxa de desemprego global para a União Europeia (UE) era de cerca de 9,0% no final de 2003, registando em Portugal 6,3%. Existem cerca de 19 milhões de desempregados no espaço europeu para aquele ano. Subsistindo importantes diferenças entre os países, como se pode concluir pelos dados fornecidos pelo Eurostat³. A selectividade social do desemprego está bem expressa nas taxas de desemprego juvenil (15 aos 24 anos) no seio da UE - 18,3%, indicativo das dificuldades de transição do sistema de ensino para o emprego (Rose, 1998; Lefresne, 2003) - e na persistência do desemprego de longa duração. Aspectos que para alguns segmentos da população, mais vulnerável em termos sociais e económicos, veem conduzindo a situações de pobreza e de exclusão social (1996).

³ Em Dezembro de 2003, a Espanha tinha uma taxa de desemprego de 11,2%, o Luxemburgo de 3,9% e a Holanda de 4,1%. Cf. Eurostat.

Quadro 1 . Indicadores chave sobre o emprego para a União Europeia e para Portugal

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
União Europeia						
Total (HM)						
Taxa de emprego (15-64 anos)	61,2	61,9	62,4	62,8	62,8	62,9
% de emprego em regime parcial (part-time)	15,7	16,1	16,3	16,4	16,7	17,1
% de emprego em regime de contrato com termo	12,0	12,3	12,6	12,8	12,7	12,9
População desempregada (milhares)	18936	18908	18209	17864	18600	19039
Taxa de desemprego (15 ou mais anos)	9,4	9,2	8,8	8,5	8,8	9,1
Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos)	18,6	18,3	17,6	17,5	17,9	18,3
Taxa de desemprego de longa duração	4,4	4,1	4,0	3,8	3,9	4,0
Rácio de desemprego juvenil (%) a)	8,4	8,4	8,2	8,1	8,2	8,1
Portugal						
Total (HM)						
Taxa de emprego (15-64 anos)	66,9	67,5	68,4	68,7	68,2	67,2
% de emprego em regime parcial (part-time)	11,0	11,0	11,0	11,0	11,2	11,7
% de emprego em regime de contrato com termo	17,2	18,7	19,9	20,4	21,7	21,1
População desempregada (milhares)	257	228	208	213	271	345
Taxa de desemprego (15 ou mais anos)	5,1	4,5	4,1	4,1	5,1	6,3
Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos)	10,5	8,9	8,8	9,2	11,5	14,4
Taxa de desemprego de longa duração	2,2	1,8	1,7	1,5	1,8	2,2
Rácio de desemprego juvenil (%) a)	5,2	4,4	4,3	4,6	5,5	6,6

a) Percentagem de desemprego jovem face ao total da população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos.

Fonte Eurostat

Por sua vez, a taxa de emprego nos últimos anos encontra-se estagnada. Ora tais indicadores, conjugados entre si, poderão colocar em causa um dos objectivos da denominada Estratégia de Lisboa - o pleno emprego. Recorde-se que na Cimeira de Lisboa realizada em 2000, foi fixado um objectivo ambicioso para a UE – “tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Boyer *et al*, 224 e segs). Nos documentos estão produzidos, e assumidos como estratégicos, defende-se uma política de emprego activa que permitisse: a elevação da taxa de emprego para 70%, em 2010; o aumento do volume de mulheres empregadas para mais de 60%, em 2010. Assim, naquela cimeira deu-se um passo importante para a integração, no quadro global das políticas da UE, da Estratégia Europeia do Emprego, que tinha sido formulada no Luxemburgo em 1997.

Por sua vez, em 2003, na definição da Nova Estratégia para o Emprego, foram adoptadas linhas fortes de actuação: o pleno emprego; melhoria da qualidade e da produtividade do trabalho, dando particular ênfase à necessidade de mais empregos de qualidade em termos de qualificação; promoção da coesão social e de mercados de trabalho inclusivos, redução das desigualdades regionais em matéria de emprego.

Ora, neste momento os objectivos de Lisboa estão seriamente comprometidos. E tal decorre da conjugação entre vários aspectos (Kok, 2003): abrandamento da actividade económica nos últimos anos, com o conseqüente abrandamento da criação de empregos; evolução demográfica no sentido do acelerado processo de envelhecimento da população⁴; diminuição da população activa⁵; a persistência de elevadas taxas de desemprego de longa duração em numerosos estados da UE, devido, entre outros aspectos, às insuficientes qualificações académicas e profissionais; persistência de uma baixa de produtividade do trabalho na UE nos últimos quatro anos; a sub-utilização dos recursos humanos e investimentos limitados, face ao que era necessário na qualificação continuada do emprego⁶. Face à situação apontada, segundo a Comissão Europeia, as soluções de modo a evitar-se o comprometimento dos Objectivos de Lisboa (Comissão Europeia, 2003), passam pelos seguintes elementos: aumento da população empregada - incorporação de mais mulheres e a manutenção de pessoas idosas na população empregada; incremento da inovação tecnológica; flexibilização dos mercados de trabalho. Elementos que, em determinados contextos nacionais europeus, tem colocado em causa, parcialmente alguns dos eixos principais em que assentou a construção e sedimentação do Estado-Providência (Esping-Anderson, 1990 e 1996; Join Lambert, *et al*, 1997).

Concomitantemente com a crise quantitativa do trabalho, de que traçamos alguns dos aspectos axiais, consideramos que existe uma crise da qualidade do trabalho, em particular em termos das condições e intensidade do trabalho.

Encontramos nos inquéritos realizados pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (FEMCVT)⁷ um manancial importante de indicadores empíricos actuais sobre o trabalho dos europeus. Uma primeira conclusão se pode retirar: não se verificaram melhorias significativas, no decurso dos anos 90, no que se refere aos factores de risco ou às condições em que se processa a actividade laborativa nas organizações. De modo mais particular, salienta-se:

- i) a relação directa entre os problemas de saúde e as condições adversas de trabalho. Condições que são resultado de ritmos de trabalho intensivos e elevados níveis de trabalho repetitivo;
- ii) o ritmo de trabalho é cada vez mais intenso. Em 2000, cerca de 50% dos inquiridos passavam pelo menos um quarto do seu tempo no desempenho de actividades a alta velocidade e com prazos curtos e rígidos. O incremento da intensidade do trabalho manteve-se estável entre 1995 e 2000, depois de um importante aumento nos cinco anteriores;
- iii) não existiram, para aquele último período, mudanças significativas quanto à autonomia dos trabalhadores – um terço dos trabalhadores aponta ter pouco ou nenhum controlo sobre o seu trabalho;
- iv) o incremento da flexibilização do trabalho - horário de trabalho (trabalho sol a sol e trabalho a tempo parcial), a organização do trabalho (polivalência, trabalho de equipa e envolvimento e responsabilização), o acréscimo do trabalho a termo certo;

⁴ Actualmente, os idosos representam 16% da população total; em 2010, este segmento representará presumivelmente 27%. Sobre as questões do envelhecimento activo na UE consulte-se Guillemard (2004).

⁵ Em 2030, a população activa representará 280 milhões de pessoas; em 2003 abrange 303 milhões.

⁶ Importa ter em consideração que contrariamente aos sectores tradicionais, onde o sucesso económico estava em função dos investimentos em equipamento e infraestruturas, a economia do conhecimento depende dos investimentos imateriais em pessoas e em I&D. Só deste modo será possível gerar empregos de elevada qualificação e aumentar a produtividade na UE. Cf. Boyer *et al* (2000).

⁷ Os dados que iremos utilizar foram retirados de <http://www.eurofound.europa.eu/>

- v) os trabalhadores com um estatuto laboral precário – termo certo e trabalho temporário – estão mais expostos a factores de risco do que os trabalhadores permanentes;
- vi) a segregação laboral dos géneros e a discriminação socioprofissional entre homens e mulheres prevalecem.

Entre 1990 e 2000, não foi patente uma melhoria ao nível dos riscos físicos do trabalho (Quadro 2). Mantém-se elevada a percentagem de trabalhadores expostos a riscos físicos. Verifica-se sim, e isso é positivo, uma melhoria na percepção por parte dos trabalhadores quanto aos riscos para a sua saúde e segurança, originados pelo trabalho que executam. Por outro lado, a intensidade de trabalho aumentou significativamente entre 1990 e 1995, mantendo-se estável em 2000 (com excepção do cumprimento de prazos curtos e rígidos). No último quinquénio do século XX, aumentou a percentagem de trabalhadores que se queixa de problemas de saúde relacionados com o trabalho. Continuam a aumentar as perturbações músculo-esqueléticas e o cansaço geral. O *stress* mantém-se ao mesmo nível. Os estudos da FEMCVT apontam para uma forte correlação entre a intensidade do trabalho e os problemas de saúde e os acidentes no local de trabalho.

Quadro 2 . Condições de trabalho e natureza do vínculo contratual

Exposição a riscos físicos (pelo menos durante 25% do tempo de trabalho)			
	1990	1995	2000
Ruídos intensos	27	28	29
Posturas penosas ou fatigantes	43	45	47
Movimentação de cargas pesadas	31	33	37
Intensidade do trabalho(% dos trabalhadores que passam pelo menos um quarto do seu tempo de trabalho)			
Cadências de trabalho elevadas	47	54	56
Prazos curtos e rígidos	49	56	60
Com tempo para efectuar o trabalho	-	77	77
Saúde e trabalho (%)			
Dores lombares	a)	30	33
Cansaço geral	a)	20	23
<i>Stress</i>	a)	28	28
Cefaleias	a)	13	15
Irritabilidade	a)	11	11
Ansiedade	a)	7	7

a) Sem informação.

Fonte: Inquérito às Condições de Trabalho, 2000 - FEMCVT

Os dados apontam para que os trabalhadores precários - contratados a termo certo ou trabalhadores temporários - estão sujeitos a ritmos de trabalho mais intensivos, a uma repetitividade das tarefas, a uma maior cadência de trabalho e a um menor investimento em formação profissional do que os trabalhadores com estabilidade contratual. Em termos de exposição aos riscos físicos, detecta-se uma situação idêntica. A vulnerabilidade contratual dos precários, antecâmara para o despedimento, a sua não inclusão no mercado interno da empresas, torna-os os sujeitos activos destas condições de trabalho. As políticas de gestão dos recursos humanos reservam-lhes precisamente os lugares de trabalho mais penosos, razão da sua presença nas organizações.

Quadro 3 . Condições de trabalho e natureza do vínculo contratual

Intensidade e cadência do trabalho, segundo o tipo de relação contratual (em % do total das respectivas categorias)			
	Contratos por tempo indeterminado	Contratos a termo certo	Trabalho temporário
Trabalho constante a alta velocidade	25	26	30
Execução constante de movimentos repetitivos	29	36	38
Sem possibilidade de controlar a cadência do trabalho	32	35	51
Frequentaram acções de formação nos últimos 12 meses	35	31	23
Exposição a riscos físicos, segundo o tipo de relação contratual (em % do total das respectivas categorias)			
Posturas Penosas	45	46	51
Vibrações	23	22	29
Ruído	30	27	36

Fonte: Inquérito às Condições de Trabalho, 2000 - FEMCVT

Os dados apresentados fazem-nos considerar que se deve ter uma reflexão crítica sobre a natureza e as condições de trabalho que subsistem ao nível da União Europeia. Necessariamente, isso passa por uma agenda de investigação científica e de reflexão que possa dar lugar a uma análise atenta e fina, sem cair em generalizações forçadas, sobre as cambiantes que o trabalho assume actualmente.

Bibliografia

- ANDREFF, Wladimir (2003) – *Les multinationales globales*, Paris, La Decouverte.
- AZNAR, Guy (1996) - *Emploi: la grande mutation*, Paris: Hachette.
- BECK, Ulrich (1986) - *Risck society: towards a new modernity*, London, Sage.
- BECK, Ulrich (2000) - *Un nuevo mundo feliz*, Barcelona, Paidós.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Eve (1999) - *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BOYER, Robert *et al* (2000) – *Para uma Europa da inovação e do conhecimento*, Oeiras: Celta.
- CARDEBAT, Jean-Marie (2002) – *La mondialisation et l'emploi*, Paris, La Decouverte.
- CASTEL, Robert (1995) - *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard.
- CASTELLS, Manuel (2001) - *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Vol. I, II e III, Lisboa, FCG.
- COMISSÃO EUROPEIA (2003), *Optar pelo crescimento: conhecimento, inovação e empregos numa sociedade coesa*, COM (2003) 5. 21.03.2003.
- COSTER, Michel e PICHAULT, François (éds) – *Traité de sociologia du travail*, Bruxelles, De Boeck.
- DUBAR, Claude (1991) - *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- DUBAR, Claude (2000) - *La crise des identités*, Paris, PUF.
- ERBÈS-SEGUIN, Sabine (1999) – *La sociologie du travail*, Paris, La Decouverte.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990) – *The three worlds of welfare capitalism*, Cambridge: Polity Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1996) – *Welfare States in Transition. National Adaptations in Global Economies*, Londres: Sage.
- FLACHER, Bruno (2002) – *Travail et intégration sociale*, Paris, Bréal.
- FREIRE, João (2001) - *Sociologia do Trabalho. Uma introdução*, Porto, Edições Afrontamento.
- GOLLAIN, Françoise (2000) - *Une critique du travail*, Paris, La Decouverte.
- GORZ, André (1988) - *Métamorphoses du travail quête du sens. Critique de la raison*, Paris, Gallimard.
- GORZ, André (1997) - *Misères du présent. Richesse du possible*, Paris, Gallimard.
- GORZ, André (2003) - *L'immatériel. Connaissance, valeur et capital*, Paris, Gallimard.
- GUILLEMARD, Anne-Marie (2004) - *L'âge de l'emploi. Les sociétés à l'épreuve du vieillissement*, Paris, Armand Colin.
- HOLCMAN, Robert (2003) – *Chômage et chômeurs*, Rennes, Éditions ENSP.

- IRES (2000) – *Les marches du travail en Europe*, Paris: La Découverte.
- JOIN-LAMBERT, Marie-Thérèse *et al* (1997) – *Politiques Sociales*, Paris, Presses de Sciences PO et Dalloz.
- KOK, Wim (2003) – *Rapport de la Task-force pour l'emploi*, 2003 [Consult. 19 JunMar. 2004]. Disponível na WWW: <URL:
http://ec.europa.eu/employment_social/publications/2004/ke5703265_fr.pdf
- KÓVACS, Ilona (2002) - *As metamorfoses do emprego*, Oeiras, Celta.
- LEFRESNE, Florence (2003) – *Les jeunes et l'emploi*, Paris, La Decouverte.
- MARAUNI, M. e REYNAUD, E. (1993) – *Sociologie de l'emploi*, Paris, La Decouverte.
- MASI, Domenico (1999) – *O futuro do trabalho*, S. Paulo, José Olympio
- MÈDA, Dominique (1999) – *O trabalho. Um valor em vias de extinção*, Lisboa, Fim de Século.
- ORTEGA, Antonio e ROSA, María (2002) – *Trabajo, empleo y cambio social*, Valencia, Titant Blanch.
- PAUGAN, Serge (1996) – *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris, La Découverte.
- PILLON, Thierry e VATIN, François (2003) - *Traité de Sociologie du Travail*, Paris, Octares.
- RIFKIN, Jeremy (1996) – *La fin du travail*, Paris, La Découverte.
- ROSE, José (1998) - *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- SAINSAULIEU, Richard (1977) - *L'identité au travail*, Paris, PFNSP.
- SAINSAULIEU, Richard (1987) – *Sociologie de l'organisation et de l'entreprise*, Paris, Dalloz.
- SAUVY, Alfred (1980) – *La machine et le chômage*, Paris, Dunod.
- SCHNAPPER, Dominique (1997) – *Contre la fin du travail*, Paris, Textuel.
- TEZANOS, José (2001) - *El trabajo perdido*, Madrid, Biblioteca Nueva.